

LIMA, Viviane de Souza*

<https://orcid.org/0000-0003-1066-0398>

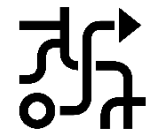
RESUMO: Em 1964, logo após o golpe civil-militar que derrubou o governo de João Goulart (1961-1964), um grupo de estudantes africanos, legalmente no Brasil, foi vítima do autoritarismo e da violência da ditadura. Em nossa pesquisa, identificamos seis estudantes presos sob acusação de atividade subversiva e antibrasileira em território nacional, mas sem qualquer prova. O revés diplomático é ainda mais escandaloso, porque dois deles haviam sido bolsistas do Ministério das Relações Exteriores. O caso mais grave foi do angolano José Lima de Azevedo, encarcerado por mais de 400 dias e torturado. O mais absurdo é que, anos antes, em 1961, o governo brasileiro instituiu uma política externa que priorizava a África como aliada comercial e criou o programa de bolsas de estudos para africanos. O objetivo deste artigo é compreender como a ditadura brasileira se prestou a servir como um braço da Polícia Política Portuguesa (PIDE) que, segundo documentos encontrados nesta pesquisa, atuava no Brasil para coibir a rede de solidariedade do Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA). Dessa forma, pretendemos evidenciar e problematizar os verdadeiros motivos da prisão dos estudantes africanos e quais foram as forças envolvidas para se evitar que o governo militar os enviasse para Portugal, onde, provavelmente, seriam punidos pela polícia repressora do governo de António de Oliveira Salazar (1889 – 1970).

PALAVRAS-CHAVE: África; Estudantes; Ditadura Civil-militar.

ABSTRACT: In 1964, shortly after the civil-military coup that overthrew the government of João Goulart (1961-1964), a group of African students, legally in Brazil, fell victim to the authoritarianism and violence of the dictatorship. In our research, we identified six students arrested on charges of subversive and anti-Brazilian activity on national territory, but without any proof. The diplomatic setback is all the more scandalous because two of them had been awarded scholarships by the Ministry of Foreign Affairs. The most serious case was that of Angolan José Lima de Azevedo, imprisoned for more than 400 days and tortured. The most absurd thing is that years earlier, in 1961, the Brazilian government had instituted a foreign policy that prioritized Africa as a trade ally and created a scholarship program for Africans. The aim of this article is to understand how the Brazilian dictatorship lent itself to serving as an arm of the Portuguese Political Police (PIDE) which, according to documents found in this research, acted in Brazil to curb the solidarity network of the Afro-Brazilian Pro-Liberation Movement of Angola (MABLA). In this way, we intend to highlight and problematize the real reasons for the arrest of the African students and the forces involved in preventing the military government from sending them to Portugal, where they would probably be punished by the repressive police of the government of António de Oliveira Salazar (1889 - 1970).

KEYWORDS: Africa; students; civil-military dictatorship.

* Mestre em História pela UFMG. Doutoranda em História pela UFC. Desenvolve a pesquisa de doutoramento intitulada Trajetórias Atlânticas: caminhos de história na vinda dos estudantes africanos bolsistas do Itamaraty para o Brasil (1961-1969). Pesquisa realizada com apoio da FUNCAP. Email: viviane.lima@alu.ufc.br



INTRODUÇÃO

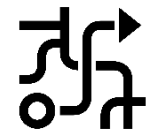
A ditadura civil-militar, que se instaurou no Brasil em 1964, fez de vítimas não somente brasileiros. Assim que estourou o golpe, um grupo de africanos, que chegou ao Brasil para estudar, acabou aprisionado nos porões da ditadura, acusado, sem qualquer prova, de atividade subversiva e antibrasileira em território nacional. O mais absurdo é que anos antes, em 1961, o governo brasileiro instituiu uma política externa que priorizava a África como aliada comercial. Uma das primeiras ações foi a criação de um programa de bolsas de estudos para jovens africanos.

Nesta pesquisa, identificamos que o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) e o Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS/RJ) prenderam, pelo menos, seis estudantes africanos oriundos das então chamadas colônias portuguesas. Dois deles, o guineense Fidelis Cabral D’Almada e o caboverdiano Cristóvão Moraes, tinham sido bolsistas do Itamaraty.

Contudo, a situação mais grave foi a do angolano José Lima de Azevedo, que estudava Economia no Rio de Janeiro e era militante do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) no Brasil. Azevedo foi torturado nas dependências do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), no 5º andar do Ministério da Marinha. Ele ficou preso por 433 dias no Rio de Janeiro e foi expulso do Brasil por ordem do decreto assinado pelo presidente Castelo Branco (1897 – 1967). O revés diplomático escancarou a posição brasileira de aliado de Portugal que, à época, era o último país europeu a manter colônias no território africano.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é compreender como a ditadura brasileira se prestou a servir como um braço da Polícia Política Portuguesa (PIDE)¹ no Brasil no que ficou conhecido como “O Caso dos Angolanos”. Pretendemos, portanto, evidenciar e problematizar os verdadeiros motivos da prisão dos estudantes africanos e quais foram as forças envolvidas para se evitar que o governo militar deportasse esses jovens para Portugal, onde, provavelmente, seriam punidos, até mortos, pela polícia repressora do governo de António de Oliveira Salazar (1889 – 1970).

¹ A PIDE, criada em 1945, atuou como uma máquina repressora do governo fascista português para combater os “crimes políticos”, considerados contrários “a segurança externa e interna do Estado”.



ÁFRICA NO PÓS-SEGUNDA GUERRA

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) mudou a configuração de forças políticas e econômicas na geopolítica mundial. A Europa Ocidental perdeu o controle e a influência no plano internacional para as novas potências mundiais, EUA e URSS, que, embora ideologicamente em lados opostos, não tinham, a princípio, interesses coloniais diretos². A Guerra Fria fez da hegemonia econômica e ideológica sobre as áreas de influências um dos elementos cruciais da confrontação entre os blocos.

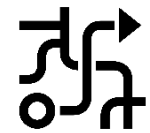
Neste contexto, os movimentos nacionalistas africanos intensificaram a luta contra o colonialismo. Nas décadas de 1950 e 1960, o continente africano passava por uma verdadeira ebulição com o *pipocar* de nações independentes. O aumento do número de nações africanas e asiáticas recém-independentes a partir da segunda metade da década de 1950³ intensificou a pressão sobre a ONU pela condenação dos países que insistiam em manter suas colônias. Seus representantes apresentavam resoluções exigindo a punição dos países coloniais amparados pela Carta das Nações e denunciando a opressão contra o povo subjugado dos territórios administrados pelas metrópoles.

Após as vitórias sobre os principais impérios coloniais, França e Inglaterra, no início da década de 1960, Portugal tornou-se o último obstáculo a ser transposto pelos movimentos nacionalistas africanos. Com isso, em 1961, iniciou-se a luta armada de libertação nacional em Angola, o que depois se espalhou para as outras colônias.

Além da pressão na ONU, os movimentos nacionalistas buscavam ajuda internacional para vencer o colonialismo, tendo como um dos pleitos a oferta de bolsas de estudos para jovens africanos. Muitos deles, inclusive, que estavam em Portugal, haviam interrompido seus estudos por conta da perseguição da PIDE. Nesse sentido, a formação de mão de obra qualificada era fundamental para preencher vagas deixadas pelos antigos colonos e para reerguer a nova nação.

² Os EUA, que saíram da guerra como líderes do mundo capitalista, sem tradição nem vínculos coloniais, concebeu uma hegemonia internacional que prescindiu da dominação direta das áreas de influência. A União Soviética defendeu o direito dos povos africanos à independência, mas também viu o anticolonialismo como opção estratégica para debilitar as economias capitalistas europeias.

³ No final de 1960, a África era o continente com maior número de representantes na Assembleia Geral da ONU. Dos 119 países na ONU, 35 eram africanos. O bloco de países afro-asiáticos contabilizava 62 países.



O BRASIL DE OLHO NA ÁFRICA

Sintonizado com a nova configuração internacional no Pós-Segunda Guerra, o governo de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) instituiu a Política Externa Independente (PEI). Em plena Guerra Fria, a busca por mais autonomia e projeção internacional respaldou o estabelecimento de relações comerciais do Brasil com os países socialistas da Europa e da Ásia, principalmente, com a URSS. Nas questões multilaterais, o Brasil buscou refletir a sua identidade por meio de uma cooperação com países do Hemisfério Sul – da América, da África e da Ásia⁴.

A Política Externa Independente constituiu uma estratégia coincidentemente utilizada para questionar o *status quo* mundial e negociar uma nova forma de inserção internacional do país ou, dito mais claramente, renegociar o perfil da sua dependência” (VIZENTINI, 2003, p.28).

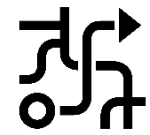
Na gestão de Jânio Quadros e a de seu sucessor, João Goulart (1961-1964), o Brasil se projetou como uma potência média no cenário internacional, reflexo do seu desenvolvimento e do desejo de ter uma posição internacional mais nítida. Para os países africanos, o Brasil se apresentou como exemplo a ser seguido: de uma ex-colônia de Portugal que conquistou a liberdade e lutava contra o subdesenvolvimento.

O governo brasileiro também instituiu em seus discursos oficiais a ideia de que o Brasil era diferente das outras nações - e melhor – em razão do nível de penetração da influência africana em sua cultura (culinária, dança, língua, religião, etc.) e pela exploração do mito da democracia racial⁵.

No entanto, o apoio histórico do Brasil a Portugal foi o principal obstáculo do movimento da política externa brasileira rumo à África. Assim, a pressão internacional contra o colonialismo português aumentava e o governo brasileiro sabia do desgaste político que a associação com Portugal lhe traria diante das novas nações africanas.

⁴ Em termos econômicos, a PEI foi uma estratégia brasileira para reagir à queda contínua dos preços das matérias-primas e dos produtos agrícolas. Desta forma, os novos mercados afro-asiáticos representavam uma possibilidade de escoar a produção agrícola e manufaturada obtendo mais lucro.

⁵ O mito da democracia racial, amparado na teoria Luso-Tropicalista do sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987), serviu para se contrapor, principalmente, aos EUA, onde conflitos raciais eram mais evidentes.



PROGRAMA DE BOLSAS DO ITAMARATY PARA ESTUDANTES AFRICANOS

O ano de 1961 foi um marco nas relações internacionais entre Brasil e África. Na estrutura do Ministério das Relações Exteriores, o Brasil criou a Divisão de África; incluiu no Relatório do Itamaraty um capítulo específico para tratar de assuntos africanos; e criou o Grupo de Trabalho para a África. Também foram criadas três embaixadas em países africanos: Accra (Gana), Dacar (Senegal) e Lagos (Nigéria)⁶. No mesmo ano, foi criado o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA)⁷ subordinado diretamente à Presidência da República e que, entre outras atribuições, estava a de promover o intercâmbio universitário entre o Brasil e os países africanos e asiáticos.

Com o intuito de fazer circular informações de um lado do outro do Atlântico, Jânio Quadros transformou as novas embaixadas brasileiras instaladas em países africanos em órgãos de propaganda. Em memorando do dia 26/06/61, ao ministro Afonso Arinos, o presidente determinou que fossem confeccionados folhetos com dados gerais sobre o Brasil “dado amplo destaque à posição histórica desta nação na defesa da autodeterminação dos povos e na luta contra o colonialismo e o racismo e ainda o respeito integral à liberdade de culto”⁸. O objetivo de Jânio Quadros foi, claramente, desfazer a imagem negativa do Brasil diante da comunidade internacional por conta do apoio a Portugal.

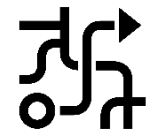
A criação do programa de bolsas de estudos para africanos com recursos do Itamaraty⁹ ganhou destaque no escopo das ações destinadas à África. O Brasil teve interesse em atrair africanos para suas universidades, porque, além de atender um pleito de lideranças africanas, o governo brasileiro compreendeu que muitos desses

⁶ A escolha desses locais pautou-se em uma perspectiva estratégica. Dacar, no Senegal, era um grande centro intelectual e exercia influência em toda a África de colonização francesa. O presidente do Senegal, Léopold Senghor, teve um grande papel na articulação de apoios internacionais à luta pelas independências africanas. Já a Nigéria, país mais populoso e rico em recursos naturais, era idealizado pelo governo brasileiro como um futuro parceiro.

⁷ Decreto Nº 50.465, de 14 de abril de 1961 - Cria o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D50465.htm>. Acesso em 02/03/2017.

⁸ Memorando do presidente Jânio Quadros ao chanceler Afonso Arinos. 26/06/1961. Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano V, n. 8. Brasília, DF: A Fundação, 2006, p.429.

⁹ Jânio Quadros financiou a oferta de bolsas cortando em 30% o salário do próprio corpo diplomático brasileiro.



jovens voltariam a seus países em posição de destaque¹⁰ e levando conhecimentos que poderiam resultar, futuramente, em negócios, parcerias e intercâmbios.

Nos anos de 1961 e 1962 desembarcaram no Brasil 21 jovens africanos vindos de Gana, Senegal, Nigéria, Camarões, Cabo Verde e Guiné-Bissau, para iniciar ou dar prosseguimento ao ensino superior. Nesse diverso grupo, interessa-nos, para este artigo, a presença do guineense Fidelis Cabral D’Almada e do cabo-verdiano Cristóvão Morais. Inicialmente, as bolsas de estudos do governo brasileiro foram destinadas a jovens de países já independentes. Mas, em articulação com o governo de Léopold Senghor (1906-2001), ambos vieram preenchendo a cota do Senegal.

Fidelis Cabral e Cristóvão Morais eram militantes do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e haviam iniciado, respectivamente, os cursos de Direito e de Medicina em Portugal. Entretanto, após o início da guerra de independência nas colônias portuguesas e o recrudescimento da perseguição da PIDE, eles tiveram que deixar o país e os cursos inconclusos.

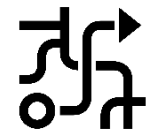
REDE DE APOIO ÀS INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS

No início da década de 1960, a política externa brasileira voltada para o continente africano e a sinalização do governo brasileiro de romper sua aliança histórica com Portugal e apoiar a causa das independências das colônias fez do Brasil um destino procurado por jovens nacionalistas africanos. Mas por que isso aconteceu?

A resposta a essa pergunta é complexa e plural. É possível observar que a oferta de bolsas de estudos era o motivo mais evidente. Contudo, havia também razões mais estratégicas e coletivas para a causa das independências africanas. O apoio do Brasil seria simbólico porque Portugal usava o exemplo da antiga colônia e sua fictícia democracia racial para justificar seu empreendimento colonial¹¹.

¹⁰ O caso do guineense Fidélis Cabral é bem ilustrativo. Após concluir o curso de Direito pela USP em 1962 e após a independência da Guiné Bissau, Cabral foi ministro da Justiça (1981); dos Negócios Estrangeiros (1983); da Educação, Cultura e Desportos (1984), entre outros cargos.

¹¹ A máquina de propaganda estatal do Estado Novo português instituiu o discurso de estar investido de uma missão “civilizadora” com o objetivo de fazer de seus “territórios ultramarinos” nações multirraciais e pluricontinentais a exemplo do Brasil. A ideia se amparava em uma leitura instrumental do Luso-Tropicalismo de Gilberto Freyre.



A posição geopolítica do Brasil na América Latina, na década de 1960, também teve um peso significativo para os movimentos nacionalistas africanos, pois o apoio do Brasil poderia servir como exemplo. O Brasil ocupava ainda um lugar com certo destaque na ONU, com assentos em quase todas as instâncias.

Outro motivo para o interesse dos movimentos nacionalistas africanos pelo Brasil foi a presença aqui de uma rede de potenciais apoiadores, representada pelo Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA). Assim, o movimento atuou, principalmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro, reunindo brasileiros; portugueses antissalazaristas exilados; e africanos (SANTOS, 2010; LIMA, 2017).

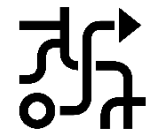
Como estratégia de articulação, integrantes do MABLA realizaram palestras em universidades, protestos e atos midiáticos para denunciar a violência do colonialismo português e convencer a opinião pública brasileira a apoiar a luta de independência na África. Dessa forma, a ideia era que a força do apoio popular convenceria o governo a romper definitivamente com Portugal.

Na década de 1960, além de Fidelis Cabral e Cristóvão Morais, do PAIGC, também chegaram no Brasil jovens nacionalistas ligados ao MPLA. Em 1961, os angolanos Paulo dos Santos Matoso Neto e Francisco Raimundo de Sousa Santos, bolsistas da Igreja Metodista e estudantes da Faculdade de Teologia de São Paulo, abandonaram a universidade para se dedicar à militância do MPLA contra o colonialismo português no Brasil. Sabemos deste fato a partir de uma polêmica entre os dois e o cônsul de Portugal, em São Paulo, João Pereira Bastos, registrada no jornal *O Estado de São Paulo*,

Na edição de 31 de maio de 1961, o cônsul acusou os angolanos de terem sido expulsos da faculdade para se integrarem às “chamadas manifestações de ‘nacionalismo’ dos naturais daquela província portuguesa”, apresentando-se como “representantes da juventude de Angola”¹². O uso de aspas no termo nacionalismo e a denominação de Angola como província portuguesa deixam claro a tentativa do diplomata em descredenciar a militância dos angolanos.

Na mesma página, foi publicada uma nota assinada por Matoso e Sousa Santos. Paulo Matoso se identificou como representante da União Geral dos Estudantes da África Negra (UGEAN), entidade criada em 1961, em Argélia,

¹² “Angola – resposta a acusações do cônsul português”. *O Estado de S. Paulo*. 31/05/1961, p. 14.



Marrocos, como representante dos estudantes de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique¹³.

Sem dispormos de recursos e recebendo constantemente notícias de nossa terra, na qual nos comunicavam os massacres de nosso povo e de nossas famílias, achamos por bem-fazer algo pelo nosso país, coisa essa que julgamos de grande importância¹⁴.

A partir da divulgação na imprensa brasileira do entrevero entre os estudantes angolanos e o cônsul de Portugal, em São Paulo, podemos inferir que a militância de integrantes de movimentos nacionalistas africanos no Brasil já incomodava as autoridades portuguesas.

Após isso, em março de 1962, os angolanos José Lima de Azevedo e Fernando da Costa Andrade também desembarcaram no Brasil como representantes do MPLA. Assim como Paulo Matoso e Francisco Raimundo de Sousa Santos, Azevedo e Andrade, oficialmente, estavam no País para concluir seus estudos, respectivamente, em Economia no Rio de Janeiro e em Arquitetura em São Paulo.

Em seu livro de memórias, Costa Andrade revelou que após a sua chegada, o angolano Paulo Matoso deixou de cumprir a atividade de angariar doações para serem enviadas ao MPLA. “O MABLA tinha o objetivo de canalizar ajudas, uma vez que as primeiras recebidas, antes da minha chegada, pelo Paulo Matoso, eram usadas em proveito próprio dele” (COSTA ANDRADE, 2002, p. 168).

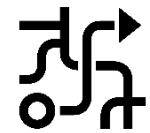
Em abril, Lima de Azevedo foi visitar em São Paulo a redação do jornal Portugal Democrático¹⁵. Em entrevista, o angolano revelou que vinha ao Brasil para estudar as possibilidades da vinda de outros compatriotas, sobretudo estudantes, que desejavam realizar cursos em escolas do país e, ainda, para apreciar as condições existentes para a criação no Rio de Janeiro de um *bureau* do MPLA¹⁶.

¹³ Um dos objetivos da UGEAN era considerar e apoiar o MPLA (Angola), a Frente de Libertação e Moçambique (FRELIMO), o PAIGC (Guiné e Cabo-Verde) e o Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP). Desde a sua constituição, a UGEAN também oferecia bolsas de estudantes para países socialistas

¹⁴ “Angola – resposta a acusações do cônsul português”. O Estado de S.Paulo. 31/05/1961, p. 14.

¹⁵ O jornal Portugal Democrático circulou de 1956 a 1975 em São Paulo e reuniu portugueses antissalazaristas exilados no Brasil.

¹⁶ “Líder do MPLA no Brasil”. Portugal Democrático, Ano VI, Nº 59, São Paulo, abril de 1962, p. 04.



José Lima de Azevedo realizou uma intensa atividade de mobilização, principalmente, em sindicatos. Embora radicado no Rio de Janeiro, o angolano circulou por outras cidades buscando apoios para o MPLA. No Porto de Santos (SP), ele organizou, com a ajuda de portuários brasileiros, o boicote do desembarque de feijão angolano que o governo português pretendia vender no Brasil. A informação foi publicada pelo jornal O GLOBO, na edição do dia 24 de setembro de 1964, quando de sua prisão pelo DOPS/RJ¹⁷.

De acordo com O GLOBO, a informação contava de um relatório, datado de 20 de setembro de 1962, endereçado a Graça da Silva Tavares, 1º secretário do MPLA, em Leopoldville. A matéria não revelou a data do boicote. No documento, segundo o periódico, o angolano adiantou seu próximo passo. “O plano é estender o boicote a todos os portos brasileiros. É audacioso, mas merece ser tentado. O que interessa é estabelecer o pânico”¹⁸.

Segundo O GLOBO, Lima de Azevedo revelou ainda que, em São Paulo, tentou, sem sucesso, a partir do contato com o sindicato dos empregados bancários, boicotar a transferência de fundos da colônia portuguesa para Portugal. “Este sindicato, por não ser federal, apresenta dificuldades técnicas, além de que o boicote a ser conseguido só no Rio pode ser tratado”¹⁹.

O poeta e escritor angolano Fernando da Costa Andrade, que havia sido associado à Casa dos Estudantes do Império (CEI)²⁰ de Lisboa, concentrou sua militância em São Paulo. Em entrevista ao jornal Última Hora, na edição do dia 14 de fevereiro de 1964, Costa Andrade afirmou que os estudantes angolanos que lutavam pelas independências africanas vinham ao Brasil motivados pela crença de que aqui encontrariam apoios.

¹⁷ “Angolano preso na Marinha é agitador internacional e representa o MPLA no Brasil”. O GLOBO, 24/09/1964, p. 20.

¹⁸ “Angolano preso na Marinha é agitador internacional e representa o MPLA no Brasil”. O GLOBO, 24/09/1964, p. 20.

¹⁹ “Angolano preso na Marinha é agitador internacional e representa o MPLA no Brasil”. O GLOBO, 24/09/1964, p. 20.

²⁰ A CEI foi criada pelo Estado Novo português em 1944 como um projeto para aglutinar os estudantes africanos que estavam em Portugal cursando o ensino superior. O objetivo da CEI era contribuir para o fortalecimento da mentalidade imperial e do sentimento da portugalidade entre os estudantes das colônias portuguesas em África. Mas cedo a CEI se revelou em um espaço de mobilização a favor das independências africanas.



Os estudantes angolanos vêm ao Brasil pois acreditam encontrar solidariedade atuante das próprias autoridades que, repetidamente, afirmam-se anticolonialistas e democráticas e, também, por ter sido esta terra uma colônia de Portugal e, mais facilmente, compreender nossos problemas, porém, se não for possível, se nossos esforços aqui não forem coroados de êxito, não teremos outro meio senão abandonar o Brasil. Faremos isso com pesar, pois sentimos a humana cooperação do povo e da maior parte da imprensa brasileira²¹.

No discurso de Fernando da Costa Andrade, percebemos como os nacionalistas angolanos sabiam usar habilmente em benefício da causa africana o discurso anticolonialista propagado à época pelo governo brasileiro em sua política externa. Como postura de coerência do Brasil, os movimentos independentistas reivindicavam o imediato apoio ao direito à liberdade e à autodeterminação das colônias portuguesas em África.

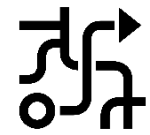
A PIDE NO BRASIL E A PRISÃO DOS ESTUDANTES AFRICANOS

A presença de nacionalistas africanos no Brasil, alguns deles recebendo bolsas de estudos do governo brasileiro, desagradou a Portugal por razões óbvias. Na década de 1960, há fortes evidências de que a PIDE esteve no Brasil monitorando os passos dos militantes e de seus apoiadores no Brasil.

A presença da PIDE no Brasil já era um assunto explorado pela imprensa brasileira. O jornal O Estado de S.Paulo denunciou que agentes da PIDE entraram no Brasil, no dia 26 de janeiro de 1961, portando armas na bagagem que não foi vistoriada pela alfândega do aeroporto do Rio de Janeiro. Segundo o periódico, os policiais tinham a missão de embarcar no navio português Vera Cruz, atracado no Rio de Janeiro, para fazer a escolta da embarcação até o Porto de Santos²². De acordo com O Estadão, a PIDE também teve autorização para fazer a “inspeção” no cais e nos armazéns do Porto de Santos, cuja área foi isolada pela polícia brasileira a pedido do Consulado de Portugal no Brasil para impedir manifestações antissalazaristas.

²¹ “Poeta angolano afirma: - revolução não demora”. Última Hora. 14/06/1964, p. 05. Biblioteca Nacional Digital.

²² Havia o temor de que o navio fosse sequestrado por antissalazaristas, assim como ocorreu com o navio Santa Maria no dia 22 de janeiro de 1961 em águas caribenhas. A embarcação foi tomada pelo capitão Henrique Galvão e apoiadores. O plano inicial de Galvão era levar a embarcação a Luanda para servir como estopim para o início da insurreição contra Portugal. Mas problemas a bordo forçaram a mudança de planos e o navio aportou em Recife (PE). O capitão português Henrique Galvão e os integrantes da ação receberam asilo político do Brasil.



A lógica manda-nos que tiremos uma conclusão de tudo o que se verificou: a PIDE tem uma rede armada no Brasil, a PIDE possui um esquema de emergência em solo brasileiro: de outra forma não poderemos explicar a rapidez e a eficiência com que os seus agentes operaram²³.

A denúncia feita pelo Estadão não teve resposta do governo brasileiro. Na edição do dia 31 de janeiro, em nova matéria, o jornal afirmou que a polícia portuguesa não tinha motivos para esconder as ações ilegais no território brasileiro porque contava com a conivência do Brasil. Segundo a reportagem, fora de suas divisas, os agentes da PIDE costumavam agir com cautela com receio de serem descobertos e presos por violação das regras do Direito Internacional. “Entre nós, porém, o que ocorreu foi diferente. (...) os homens da PIDE vieram como agentes policiais para efetuar policiamento em pleno solo brasileiro”²⁴.

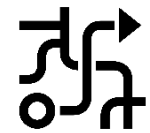
O brasileiro José Maria Nunes Pereira, um dos fundadores do MABLA, afirmou que a PIDE se instalou no Rio de Janeiro com a autorização do governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Segundo Pereira, a intenção de Lacerda era retribuir o apoio recebido da comunidade portuguesa salazarista na disputa pelo governo e os aportes políticos e financeiros prometidos para a sua pretensa candidatura a presidente do Brasil na eleição que deveria ocorrer em 1964 (o governo militar não convocou o pleito).

Em 1964, Lacerda facilita a instalação da PIDE no Brasil, sem grandes autorizações do governo central. Era a Gestapo portuguesa, como se dizia. A PIDE se instala secretamente no Brasil, na rua Santa Clara, n 36, (...), e começa acompanhando o nosso movimento, o movimento dos nacionalistas africanos (ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 139 e 140).

Segundo Pereira, os militantes do MABLA sabiam que circulava entre eles um informante da PIDE. No arquivo da PIDE na Torre do Tombo, constam relatórios redigidos, no período de 1962 a 1964, por um mesmo delator que assinava com o nome de Pedro da Silveira, em que eram descritos em detalhes as atividades realizadas pelos ativistas anticoloniais no Brasil. O espião enviava esses documentos para a Embaixada de Portugal no Rio, que reencaminhava para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e para a PIDE em Portugal.

²³ “A PIDE no Brasil”. O Estado de S.Paulo, 29 de janeiro de 1961, p. 03.

²⁴ “Ainda a PIDE”. O Estado de S.Paulo, 31 de janeiro de 1961, p. 03.



Pedro da Silveira, na verdade, foi o pseudônimo usado pelo português Duarte de Vilhena Coutinho Feio Ferréri de Gusmão. Professor de História e de Filosofia em Portugal, Gusmão chegou ao Brasil em 2 de julho de 1960. Embora tenha sido preso sete vezes em Portugal (1932, 1934, 1936, 1938, 1939, 1956 e 1959) e torturado pela PIDE por participar de atividades antissalazaristas, Gusmão teria se tornado espião por questões financeiras (LIMA, 2017, p. 141-145).

Nos relatórios que Pedro da Silveira/Duarte Gusmão enviava à PIDE, um dos seus principais alvos de monitoramento era o angolano José Lima de Azevedo. No documento redigido em 12 de junho de 1962, o delator relatou que o angolano, recém-chegado ao Brasil, havia se encontrado com o ex-embaixador do Brasil em Portugal, Álvaro Lins²⁵, para ser “aconselhado juridicamente sobre como instalar o *bureau* do MPLA no Brasil”²⁶.

No mesmo documento, o espião afirmou que Azevedo também tinha como missão preparar a cobertura para a visita ao Brasil do presidente do MPLA, Mário de Andrade, o que não chegou a ocorrer²⁷. O delator disse ainda que foram lançadas as bases para a constituição no Rio de Janeiro de uma delegação do MABLA, “que funcionará na sede da UNE, provisoriamente”²⁸.

A partir do contato mais pessoal com Lima de Azevedo, Silveira/Gusmão afirmou ter descoberto que o MPLA tinha planos de instalar outras bases na América Latina.

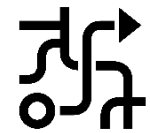
O MPLA está interessado em fazer propaganda e agitação "anti-colonialista" e anti-portuguesa em todos os países que existam colônias portuguesas. No Brasil, já há nutrida representação do MPLA: Lima de Azevedo, José Manuel Gonçalves, Paulo Matoso Neto, Fernando Costa Andrade, etc. Agora vai ser a vez da Venezuela, onde o Lima dispõe já de uma base para actuar: o português Luis Mota de Oliveira, que participou do (sequestro) "Santa Maria" e que regressou,

²⁵ Em 1959, quando era embaixador do Brasil em Portugal, Álvaro Lins causou uma crise diplomática entre Brasil e Portugal após conceder asilo na embaixada ao general Humberto Delgado, candidato derrotado à Presidência da República em 1958. Depois de 98 dias, Delgado viajou para o Brasil.

²⁶ Relatório Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o MNE. 12/06/1962. PIDE/DGS/SC/SR435/61/ui.3054. Arquivo MNE. Lisboa.

²⁷ Em carta a Lucio Lara, em 18/06/1963, Lima de Azevedo sugeriu a vinda de Mário de Andrade para participar do Seminário do Estudante do Mundo Subdesenvolvido, realizado em julho de 1963, em Salvador (BA). Carta de José Lima de Azevedo a Lúcio Lara. 18/06/1963, Associação Tchiweka de Documentação. Fundo Arquivo Lúcio Lara. Online. Acesso em: 20/08/2023. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0114005064>.

²⁸ Relatório Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o MNE. 12/06/1962. PIDE/DGS/SC/SR435/61/ui.3054. Arquivo MNE. Lisboa.



posteriormente, no ano passado, à Venezuela. Íntimo amigo do Lima de Azevedo, tem mantido correspondência desde então²⁹.

Em relatório redigido no dia 7 de abril de 1964, Silveira aproveitou o momento após o golpe civil-militar para sugerir à Embaixada de Portugal no Rio que acionasse o DOPS para prender os opositores de Portugal em território brasileiro. No documento, ele cita José Maria Nunes Pereira com o principal articular da rede antiportuguesa no Rio de Janeiro, formada ainda pelos africanos José Manuel Gonçalves, José Lima de Azevedo, Fidelis Cabral e Cristóvão Morais e os portugueses Padre Cristiano Alípio de Freitas e António Louro. O delator ainda revelou que o grupo costumava se reunir no apartamento do brasileiro e informou o endereço do imóvel e também da residência de Cristóvão Morais³⁰.

As autoridades policiais brasileiras da Guanabara e Estado do Rio devem estar interessadas nas suas atividades subversivas. Como estrangeiros, são passíveis de expulsão em consequência delas. Seria bastante conveniente fazer desaparecer da atividade anti-portuguesa aqui no Rio os elementos acima referidos. Bastaria uma informação transmitida às autoridades brasileiras da Guanabara. Esta é a sugestão³¹.

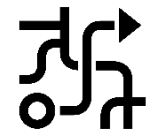
É difícil dizer se o relatório do espião ajudou no planejamento das prisões de ativistas do MABLA. Mas, de fato, todos os que estavam na lista de Silveira/Gusmão foram detidos. Em São Paulo, ainda no dia 1º de abril de 1964, Fernando da Costa Andrade foi preso. Solto dois dias depois, ele novamente foi parar na cadeia. No Rio de Janeiro, no dia 4 de abril, foi a vez de Lima de Azevedo ser detido na casa do padre Alípio de Freitas. Solto no dia 26 de maio, ele voltou para a cadeia no dia 24 de julho e passou mais de 400 dias preso, tendo sido inclusive torturado.

No dia 8 de abril, José Maria Nunes Pereira foi preso em seu apartamento, juntamente com José Manuel Gonçalves e o português António Louro. No mesmo dia, foram detidos o guineense Fidelis Cabral, que já havia se formado em Direito pela

²⁹ Relatório Geral. 2ª quinzena de março. Caso MPLA e Lima Azevedo. Rio de Janeiro, 21 de março de 1963. Brasil. Oposição política ao Estado Novo Português. Relatórios da pessoa mencionada no Despacho nº 18 (PIDE). Brasil 1962-1966. Proc. nº 333,1. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

³⁰ Relatório Geral. 1ª semana de abril de 1964. Caso Colônias. Ofício da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o MNE. 13 de abril de 1964. Relatórios da pessoa mencionada no Despacho nº 18 (PIDE). Brasil 1962-1966. Proc. nº 333,1. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

³¹ Relatório Geral. 1ª semana de abril de 1964. Caso Colônias. Ofício da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o MNE. 13 de abril de 1964. Relatórios da pessoa mencionada no Despacho nº 18 (PIDE). Brasil 1962-1966. Proc. nº 333,1. Ministério dos Negócios Estrangeiros.



USP em 1962 e estava no Brasil a serviço do PAIGC, e o cabo-verdiano Cristóvão Morais (ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 139 e 140).

No dia 1º de agosto de 1964, foi a vez do angolano Paulo Matoso Neto ser preso em São Paulo. De acordo com Costa Andrade (2003, p. 174 e 175), Matoso foi levado para Rio de Janeiro, onde foi aberto o inquérito policial militar que ficou conhecido como o “IPM dos angolanos”.

REPERCUSSÃO DO “CASO DOS ANGOLANOS”

A prisão de nacionalistas africanos causou uma onda de protestos dentro e fora do Brasil e escancarou o esquema de colaboração entre a ditadura brasileira e a PIDE. A primeira denúncia à imprensa de que a PIDE estava envolvida na prisão dos ativistas do MABLA foi feita pela esposa do brasileiro José Maria Nunes Pereira, a angolana Filomena Ramos da Cruz Nunes Pereira.

Na edição do dia 28 de julho de 1964 do jornal Última Hora, Filomena da Cruz, então grávida de sete meses, denunciou que um agente da PIDE, de nome Passos, esteve acompanhando as investigações, as diligências e até mesmo as prisões dos acusados de participação no movimento de libertação de Angola. “Além de todos estes dissabores - disse ela - ainda tenho minha casa frequentemente invadida por policiais do DOPS, autoridades da Marinha e um senhor português que os acompanha e se identifica como Passos”³².

A denúncia de Filomena Ramos da Cruz à imprensa sobre a presença de agentes da PIDE acompanhando as forças policiais brasileiras no “Caso dos Angolanos” ganhou repercussão no jornal Correio da Manhã. Em um artigo, o jornalista Hermano Alves responsabilizou o então ministro da Justiça, Milton Campos, sobre a participação de agentes da PIDE em todas as etapas de investigação.

A presença de exilados políticos que distribuem propaganda e que exercem atividades diversas contra governos adversários é, em qualquer cidade, um sinal de maturidade do país que os acolhe. (...) Foi preciso que se fizesse uma “revolução” em nome da democracia para que as nossas autoridades pedissem a ajuda da polícia secreta de Salazar. E depois disso, ainda querem ‘explicar ao mundo a revolução brasileira...’³³.

³² “Advogados denunciam ação da PIDE no país”. Última Hora. 28 de julho 1964, p. 05. Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

³³ “A PIDE no Brasil”. Autoria de Hermano Alves. Correio da Manhã, 22 de julho de 1964, p. 06.



A prisão dos nacionalistas africanos e portugueses antissalazaristas repercutiu fora do Brasil. No dia 30 de abril de 1964, o Comitê Diretor do MPLA emitiu comunicação à imprensa repudiando a prisão de José Lima de Azevedo, Fernando Costa Andrade e Fidelis Cabral (PAIGC). No documento, a entidade afirmou ter comunicado ao governo brasileiro a sua indignação e exigido a imediata libertação dos ativistas. O MPLA denunciou, no entanto, a disposição do Brasil de entregar os militantes a Portugal. “Isto significa que o governo brasileiro ditará uma sentença igualmente de morte contra os dois patriotas angolanos”³⁴.

O presidente do Senegal, Léopold Senghor, também iniciou uma campanha internacional para cobrar do governo brasileiro a soltura dos estudantes africanos. Senghor enviou uma carta ao embaixador brasileiro em Dacar, Francisco Chermont Lisboa, datada de 2 de junho, pedindo que os africanos fossem imediatamente soltos e mencionando nominalmente o guineense Fidelis Cabral³⁵.

Logo após as prisões, foi publicado ainda um artigo no jornal *Le Monde* sobre as prisões no Brasil. Segundo Jerry Dávila (2011, p.152), embora a fonte da reportagem tenha sido identificada como o escritório do MPLA em Paris, a escolha de um periódico francês para publicação do texto e o seu tom eram compatíveis com a campanha do governo senegalês. O artigo interpretava o caso como prova da renovação do apoio brasileiro ao colonialismo português.

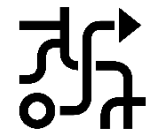
Como parte da pressão internacional, o presidente do MPLA, Agostinho Neto, pediu a intervenção da ONU com o intuito de conseguir a libertação de cinco estudantes africanos, “dois deles membros do MPLA, que teriam sido presos pelo Governo Brasileiro e que estariam em perigo de ser extraditados para Portugal”³⁶.

A repercussão interna e internacional do “Caso dos Angolanos” surtiu efeito. Fidelis Cabral foi um dos primeiros a ser solto. Ele foi liberado após dois dias de detenção e exilou-se no Senegal. Outros ficaram presos por mais um mês e, durante

³⁴ Comunicado de imprensa do MPLA sobre prisão no Brasil de Costa Andrade e José Lima Azevedo. 30.04.1964. Associação Tchiweka de Documentação. Fundo Arquivo Lúcio Lara. Acesso em: 21.08.2023. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0061000034>.

³⁵ Embaixada brasileira em Dacar para o MRE. Informação sobre o senhor Fidelis Cabral, representante do PAIGC no Brasil, telegrama 10, 2 de junho de 1964. Arquivo Histórico do Itamaraty - AHI.

³⁶ Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o Ministério das Relações Exteriores. 4 de junho de 1964. Arquivo Histórico do Itamaraty - AHI.



este tempo, o governo senegalês manteve a pressão para a libertação deles. A maioria dos angolanos deixou o país por conta própria no mesmo ano. A exceção foi definitivamente o caso de José Lima de Azevedo.

No “IPM dos angolanos”, Lima de Azevedo foi acusado de “interferir flagrantemente em assuntos da economia interna e no comércio do Brasil com países amigos, com atos que, sem sombra de dúvida, podem ser considerados subversivos”³⁷. O documento citou como exemplos da “atividade subversiva” do angolano o boicote do desembarque no Porto de Santos de feijão angolano que o governo português pretendia vender no Brasil e a tentativa de impedir a remessa de fundos da colônia portuguesa residente no Brasil para Portugal.

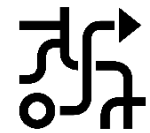
É válido salientar que o tratamento dispensado ao angolano na prisão foi o caso mais escandaloso e cruel entre todos os ativistas presos. Durante a sua segunda prisão, no dia 24 de julho de 1964, Lima de Azevedo foi torturado nas dependências do Centro de Informação da Marinha (CENIMAR), no 5º andar do Ministério da Marinha. No livro *Torturas e Torturados*, o jornalista Márcio Moreira Alves (1966, p. 158), que trabalhava à época no jornal *Correio da Manhã*, transcreveu o teor de uma carta enviada por Lima de Azevedo à redação detalhando a tortura sofrida.

O referido oficial (tenente Perestrello Feijó) declarou-me que seria torturado a menos que prestasse as informações desejadas. Tal fato aconteceu após as primeiras torturas sofridas. Fui desnudado e algemado a uma cadeira pelo agente do DOPS, Solimar, que ameaçou lançar-me na baía. Em seguida, o agente Sérgio Alex tentou estrangular-me, aplicando-me, logo após, socos no fígado, estômago e peito. Dois outros agentes encarregaram-se de colocar sabão em meus olhos, obrigando-me em seguida a olhar de frente uma forte luz. Também sofri a tortura chamada de telefone (*Ibidem*, p. 158).

Na edição do *Correio da Manhã* a que se refere, do dia 12 de setembro de 1964, Lima de Azevedo se mostrou ainda bastante preocupado por não ter advogado e, segundo ele, pela tentativa da própria polícia brasileira de esconder o seu paradeiro e, até mesmo, negar que ele continuasse preso. O próprio secretário de Segurança da Guanabara, Gustavo Borges, disse em declaração ao periódico que Lima de Azevedo já havia sido solto no dia 12 de agosto³⁸.

³⁷ Relatório do Sr. Milton Campos. Processo de expulsão do angolano José Lima de Azevedo, p. 02. Documento cedido pelo historiador José Francisco dos Santos.

³⁸ Por isso, alguns jornais da época registraram que Lima de Azevedo foi preso três vezes. Mas, na verdade, foram duas prisões.



Continuo preso e na situação de sequestrado. Peço-lhe que leve isso em consideração e me mande um advogado (...). Continuo no DOPS e quando alguém me procura aqui informam que não me encontro aqui preso. Ando doente em consequência das torturas do dia 24 de julho. Sinto-me mal da vista e não sou tratado. Receio pela minha vista. As cartilagens da garganta doem-me de vez em quando³⁹.

Nesse sentido, a denúncia feita por Lima de Azevedo teve grande repercussão. Dois dias depois da reportagem, ele foi levado para prestar depoimento na Divisão de Polícia Política e Social (DPPS) do Rio de Janeiro na presença do próprio governador Carlos Lacerda e de Gustavo Borges. No encontro, o angolano confirmou a tortura e o nome dos responsáveis.

De acordo com o Correio da Manhã, o depoimento causou mal-estar entre as autoridades presentes. “Estava confirmada a derrota do governador. Seus agentes espancadores tinham sido, mais uma vez, oficialmente desmascarados. E, temendo um fracasso maior, as autoridades não permitiram, em nenhum momento, que o asilado se avistasse com os jornalistas”⁴⁰.

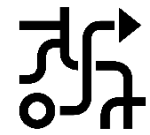
A soltura de Lima de Azevedo virou então um imbróglio jurídico e político. Isso porque, após várias tentativas, a defesa do angolano conseguiu um alvará de soltura no dia 17 de novembro de 1964. No entanto, o delegado responsável pelo caso não cumpriu a decisão. Em nova carta ao Correio da Manhã, publicada no dia 8 de dezembro, Lima de Azevedo afirmou que a confirmação da tortura pela polícia da Guanabara diante de Carlos Lacerda seria o motivo para permanecer preso, ecoando que “Grave erro tático devo ter cometido e esta talvez seja a causa de se terem desencadeado sobre mim todas as iras”⁴¹.

Ele afirmou ainda ao periódico brasileiro que vivia sob a ameaça de ser entregue à polícia fascista de Salazar. “Sabem que isso é ilegal e desumano, mas parecem determinados a fazê-lo”. Sem poupar críticas ao Brasil, Lima de Azevedo disse que outros estrangeiros, entre eles vários africanos, estavam sendo perseguidos

³⁹ “Violência policial na Guanabara”. Correio da Manhã. 12 de setembro de 1964, p. 01 (Capa). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

⁴⁰ “Confirma-se a tortura na GB”. Correio da Manhã. 15 de setembro de 1964, p. 01 (Capa). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

⁴¹ “Angolano denuncia tortura na prisão”. Correio da Manhã. 8 de dezembro de 1964, p. 11. Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.



pelo DOPS. “O Brasil está fazendo o triste papel de capitão do mato para os colonizadores da África”⁴².

Somente no dia 30 de julho de 1965, após mais de 400 dias de cárcere, Lima de Azevedo foi solto por ordem do decreto presidencial assinado por Castelo Branco, que também determinou a sua expulsão do Brasil. No dia 7 de agosto, ele pôde deixar o Brasil como asilado político rumo a Dacar, no Senegal. Sua soltura teve a influência direta do governo do presidente do Senegal, Léopold Senghor.

Antes de partir para Dacar, Lima de Azevedo falou com a imprensa na residência do embaixador do Senegal no Brasil, Henri Senghor, sobrinho do presidente. Alertado pelo diplomata em não falar de política brasileira, o angolano enfatizou que no Brasil sua atividade se resumiu aos estudos. “Disse que chegou (ao Brasil) com a melhor das intenções - apenas para estudar - e não participou de nenhum movimento político ou subversivo, “a não ser esclarecer, em palestras e conferências, pessoas mal informadas sobre o colonialismo português na África”⁴³.

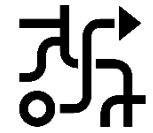
Por fim, observa-se que a situação da prisão de estudantes africanos pela ditadura brasileira, que estavam legalmente no Brasil, alguns, inclusive, na condição de bolsistas do Itamaraty, foi um episódio vexatório e ainda pouco conhecido pela historiografia. Em solo brasileiro, esses jovens lutavam pelo direito legítimo da autodeterminação de seus territórios e pela liberdade de seus povos. Logo, não estavam eles conspirando contra o governo brasileiro. Lamentavelmente, o Brasil, país que no início da década de 1960 deu provas de apoiar a causa da independência africana, com o golpe civil-militar de 1964, retribuiu a confiança desses jovens africanos com tortura e expulsão do país.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo. *Estudos Históricos*, nº 39, janeiro-junho de 2007a, p. 121-156 – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2563>>. Acesso em 02/04/2015.

⁴² “Angolano denuncia tortura na prisão”. *Correio da Manhã*. 8 de dezembro de 1964, p. 11. Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

⁴³ Estudante angolano viaja para o Senegal depois de ficar na prisão 433 dias. *Jornal do Brasil*, 08/08/1965, p. 23.



ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

COSTA ANDRADE, Fernando da. *Adobes de memória – Chegadas*. Vol. 2, Luanda: Caxinde, 2002.

DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana 1950 – 1980*. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011

LIMA, Viviane de Souza. *Solidariedade atlântica: movimento brasileiro em apoio às independências africanas, entre percursos e conexões (1961-1975)*. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017, 207 p.

SANTOS, J.F. *Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – “Um amplo movimento”: relação Brasil e Angola de 1960 a 1975*. São Paulo: PUC, 2010.

VIZENTINI, P.G.F. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

FONTES

Decreto Nº 50.465, de 14 de abril de 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D50465.htm>. Acesso em 02/03/2017.

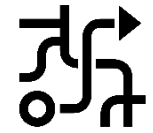
Memorando do presidente Jânio Quadros ao chanceler Afonso Arinos. 26/06/1961. *Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão*. Centro de História e Documentação Diplomática. Ano V, n. 8. Brasília, DF: A Fundação, 2006, p.429.

Relatório Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o MNE. 12/06/1962. PIDE/DGS/SC/SR435/61/ui.3054. Arquivo MNE. Lisboa.

Carta de José Lima de Azevedo a Lúcio Lara. 18/06/1963. *Associação Tchiveka de Documentação*. Fundo Arquivo Lúcio Lara. Online. Disponível em: <https://www.tchiveka.org/documento-textual/0114005064> Acesso em: 20/08/2023.

Relatório Geral. 1ª semana de abril de 1964. Caso Colônias. *Ofício da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o MNE*. 13 de abril de 1964. Relatórios da pessoa mencionada no Despacho nº 18 (PIDE). Brasil 1962-1966. Proc. nº 333,1. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Relatório Geral. 2ª quinzena de março. Caso MPLA e Lima Azevedo. Rio de Janeiro. 21/08/1963. *Oposição política ao Estado Novo Português*. Relatórios da pessoa mencionada no Despacho nº 18 (PIDE). Brasil 1962-1966. Proc. nº 333,1. Arquivo MNE. Lisboa.



Carta de José Lima de Azevedo a Lúcio Lara. 02/09/1963, *Associação Tchiweka de Documentação*. Fundo Arquivo Lúcio Lara. Online. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0114005073>. Acesso em: 20/08/2023.

Comunicado de imprensa do MPLA sobre prisão no Brasil de Costa Andrade e José Lima Azevedo. 30/04/1964. *Associação Tchiweka de Documentação*. Fundo Arquivo Lúcio Lara. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0061000034>. Acesso em: 21/08/2023.

Embaixada brasileira em Dacar para o MRE. Informação sobre o senhor Fidelis Cabral, representante do PAIGC no Brasil, telegrama 10, 02/06/1964. Arquivo Histórico do Itamaraty.

Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o Ministério das Relações Exteriores. 4 de junho de 1964. Arquivo Histórico do Itamaraty.

Relatório do Sr. Milton Campos. Processo de expulsão do angolano José Lima de Azevedo, p. 02. Documento gentilmente cedido pelo historiador José Francisco dos Santos.

JORNAIS

“Angola – resposta a acusações do cônsul português”. *O Estado de S. Paulo*. 31/05/1961, p. 14.

“Líder do MPLA no Brasil”. *Portugal Democrático*, Ano VI, Nº 59, São Paulo, abril de 1962, p. 04.

“Angolano preso na Marinha é agitador internacional e representa o MPLA no Brasil”. *O GLOBO*, 24/09/1964, p. 20.

“Poeta angolano afirma: - revolução não demora”. *Última Hora*. 14/06/1964, p. 05. Biblioteca Nacional Digital.

“A PIDE no Brasil”. *O Estado de S.Paulo*, 29 de janeiro de 1961, p. 03.

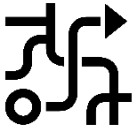
“Ainda a PIDE”. *O Estado de S.Paulo*, 31 de janeiro de 1961, p. 03.

“Advogados denunciam ação da PIDE no país”. *Última Hora*. 28 de julho 1964, p. 05. Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

“A PIDE no Brasil”. Autoria de Hermano Alves. *Correio da Manhã*, 22 de julho de 1964, p. 06.

“Violência policial na Guanabara”. *Correio da Manhã*. 12 de setembro de 1964, p. 01 (Capa). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

“Confirma-se a tortura na GB”. *Correio da Manhã*. 15 de setembro de 1964, p. 01 (Capa). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.



“Angolano denuncia tortura na prisão”. *Correio da Manhã*. 8 de dezembro de 1964, p. 11. Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

“Estudante angolano viaja para o Senegal depois de ficar na prisão 433 dias”. *Jornal do Brasil*, 08/08/1965, p. 23.

Recebido em 27/08/2023

Aprovado em 17/11/2023